

PROCURAM-SE NOVOS TEMPOS NA EDUCAÇÃO

*Futuro com
diálogo social?*

*Uma escola
para todos?*

EDITORIAL**P.3** PROCURAM-SE NOVOS TEMPOS NA EDUCAÇÃO**AÇÃO SINDICAL****P.4, P.5** FNE DEMONSTROU «DISPONIBILIDADE PARA A CONCERTAÇÃO»**P.6** PCP FICOU A CONHECER O ROTEIRO PARA A LEGISLATURA 2022-2026**P.7** ESTADO DA EDUCAÇÃO 2020 TROUXE MAIS SINAIS DE PREOCUPAÇÃO**P.8** SPZC E SDPSUL DEBATERAM ROTEIRO PARA A LEGISLATURA 2022-2026**P.9** CARTAZ WEBINÁRIO DA INTERNACIONAL DA MULHER - 8 DE MARÇO**WEBINÁRIO****P.10 À P.12** GESTÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA: APROVEITAR O POTENCIAL EDUCATIVO**ENTREVISTA****P.13 À P.16** LUÍS DE MELO: APAIXONADO PELA FUNÇÃO DE SINDICALISTA**NA MINHA OPINIÃO****P.17** SDPM: *QUO VADIS* EDUCAÇÃO**NÃO DOCENTES****P.18, P.19** TELETRABALHO: DESAFIO E OPORTUNIDADE**P.20** FNE DENUNCIOU RISCO DE DESPEDIMENTO DE TRABALHADORES NÃO DOCENTES**INTERNACIONAL****P.21, P.22** INVASÃO RUSSA À UCRÂNIA CONDENADA PELA FNE, IE E CSEE**P.23, P.24** FNE EM PROJETO EUROPEU DO CEDEFOP**P.25, P.26** COMITÉ PERMANENTE PARA A IGUALDADE**SAÚDE****P.27, P.28** SAÚDE MENTAL ENGOLE CONCEITO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS ~**LEGISLAÇÃO****P.29, P.30** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE JANEIRO DE 2022 A 25 DE FEVEREIRO DE 2022**+VANTAGENS FNE****P.31** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

fevereiro 2022

proprietário
Federação Nacional da Educação**diretor**
João Dias da Silva**produção de conteúdos**
Joaquim Santos e Tiago Soares**secretariado**
Teresa Morais**sindicatos membros**

Sindicato dos Professores da Zona Norte *
 Sindicato dos Professores da Zona Centro *
 Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo *
 Sindicato Democrático dos Professores do Sul *
 Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *
 Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *
 Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *
 Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte *
 Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *
 Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Joaquim Fernandes**redação**
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 *
secretariado@fne.pt**produção gráfica e paginação**
Rafael Marques e Tiago Soares

PROCURAM-SE NOVOS TEMPOS NA EDUCAÇÃO

Como ainda não tomou posse o Governo que vai resultar das eleições de 30 de janeiro passado, não conhecemos as orientações que vão integrar o respetivo Programa para a área da Educação e Ciência.

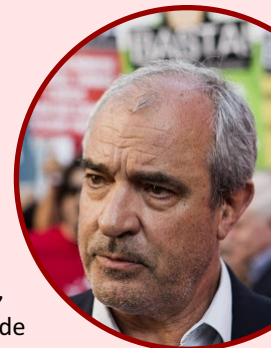
Esta circunstância não nos impede de afirmar a necessidade de que nestes novos tempos importa definir novos tempos para a Educação. E devem ser novos tempos na afirmação do efetivo direito de todos à Educação, eliminando assimetrias e desigualdades que ainda persistem. E devem ser também novos tempos na afirmação de um efetivo diálogo social.

O que sabemos hoje resume-se ao Programa Eleitoral do Partido Socialista e sabemos também que, como o novo Governo conta com o apoio de uma maioria absoluta daquele Partido, podemos admitir que, basicamente, o que constava do Programa Eleitoral vai certamente integrar o Programa do Governo.

De qualquer modo, da parte da FNE há um trabalho feito sobre as matérias que exigem intervenção legislativa, umas com maior urgência, outras a necessitarem de um tempo alargado de elaboração. Todas elas constam do Roteiro para a Legislatura que elaborámos no quadro de um intenso debate interno e apresentá-las-emos logo que possível ao novo Governo.

É neste quadro que se tornará essencial definir, em diálogo e com a participação de todos os atores, nomeadamente da FNE, a trajetória que as políticas de educação e formação deverão prosseguir. O Programa do Governo constituirá um referencial que não poderemos ignorar, mas deverá respeitar sempre o espaço de intervenção

da sociedade civil, para que se cumpra a palavra do Primeiro-Ministro. E a FNE, pelo seu lado, cumprirá a sua responsabilidade de apresentar os seus contributos.



A educação e a formação continuam a constituir peças-chave na nossa sociedade, ao nível da preparação de cada um e de cada uma, para uma intervenção na vida da sociedade, nas mais variadas dimensões cívicas, quer como pessoa, quer como profissional. E ao Estado cabe uma responsabilidade essencial para estabelecer um serviço público de educação e formação que ajuste equilibradamente as necessidades de cada um e as do desenvolvimento do país.

Na definição do serviço público de educação e formação, os seus profissionais têm de constituir um elemento crucial, uma vez que deles dependerá a qualidade do serviço que é disponibilizado. É por isso que o investimento nos profissionais da educação, formação e da ciência tem de constituir uma preocupação básica para a ação governativa.

Na identificação dos novos tempos para a Educação, tem de ser estratégica a dimensão da valorização dos educadores, professores, formadores, investigadores, técnicos especializados, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

Pela parte da FNE, há o compromisso de, na procura de novos tempos para a Educação, desenvolver todo o seu trabalho com estas orientações.

João Dias da Silva

João Dias da Silva
Secretário-Geral da FNE



"A FNE CONSIDERA QUE ESTÃO REUNIDAS AS CONDIÇÕES PARA QUE DE UMA VEZ POR TODAS, SE CONSTRUAM AS MELHORES SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA EDUCAÇÃO"

FNE DEMONSTROU «DISPONIBILIDADE PARA A CONCERTAÇÃO»

Dois dias após as eleições legislativas que deram ao Partido Socialista a vitória com maioria absoluta, a FNE, através de um comunicado divulgado publicamente, alertou para o facto de que "o programa do novo Governo deverá abrir condições para a superação dos problemas da Educação e Ciência".

Para a FNE, "o Programa do Governo que for formado com base na vitória do Partido Socialista, por maioria absoluta, nas eleições de 30 de janeiro, deverá constituir a oportunidade para que se resolvam os problemas de há muito identificados nas áreas da Educação e da Ciência". E acrescenta ainda que considera que estão reunidas as condições para que, de uma vez por todas, e com consistência, se construam as melhores soluções para os problemas estruturais da Educação.

A FNE recordou ainda que o Secretário-Geral do Partido Socialista - que deverá ser o próximo primeiro-ministro - afirmou na noite eleitoral que "Maioria absoluta não é poder absoluto" e que as políticas futuras deverão ser construídas com todos, o que, para nós, significa que devem ser estabelecidas em diálogo social. E por isso a FNE assumiu através de comunicado "a sua inteira disponibilidade para participar e contribuir com as suas propostas para que se trabalhe de uma forma consistente para uma educação de qualidade, promotora de justiça social e de equidade, com o reconhecimento e a valorização dos profissionais que a asseguram no dia a dia nas nossas escolas, da educação pré-escolar ao ensino básico e secundário e ao ensino superior, e ainda no ensino de português no estrangeiro".

Esta disponibilidade da FNE para a concertação procura "encontrar da parte do Governo um interlocutor com idêntica vontade de construir em diálogo as melhores soluções para os problemas sucessivamente identificados".

A FNE informou ainda que "fica a aguardar o conhecimento do Programa do próximo Governo para sobre ele se pronunciar, embora admita que tenha por referência o Programa Eleitoral do Partido Socialista. Ora, no que dizia respeito à Educação, e particularmente aos seus profissionais, esse Programa não era explícito em relação a muitas matérias". Fica deste modo em aberto o conhecimento do que serão as intenções do novo Governo relativamente a diversas matérias, como é o caso da valorização das carreiras na Educação, o rejuvenescimento das diversas carreiras – todas elas reconhecidamente envelhecidas –, a atratividade da profissão docente, as condições de trabalho nas escolas e a eliminação de todas as formas de precariedade, incluindo o problema da vinculação dos professores do EPE, dificultada pela prioridade inferior nos processos concursais recordando que "para todas estas questões, a FNE tem propostas e não deixará de as apresentar de uma forma clara e fundamentada".

Ficou também a promessa de que "a FNE apresentará logo que possível ao novo Governo, o Roteiro para a Legislatura 2022-2026 que elaborou e do qual constam as medidas de curto, médio e longo prazo que considera imprescindíveis para uma Educação de qualidade, justa, inclusiva e sustentável" nunca esquecendo que "temos consciência de que o novo Governo será confrontado muito em breve com a necessidade de tomar importantes decisões de caráter mais imediato, nomeadamente no que diz respeito ao Orçamento de Estado para 2022, mas também no que diz respeito ao lançamento dos concursos de docentes para o ano letivo de 2022/2023, assim como a definição das respetivas condições de preparação, e, no ensino superior, a rápida eliminação de todas as situações de precariedade. A FNE tem propostas concretas para apresentar e espera que desde já o novo Governo confirme pelas posições que adotar a sua efetiva disponibilidade para o diálogo".

Por fim, outra garantia: "Como sempre, a FNE terá por horizonte da sua ação a promoção de carreiras profissionais na área da Educação que sejam atrativas e reconhecidas, num quadro global de exigência de uma oferta educativa de qualidade para todos. Não esmoreceremos nos nossos objetivos e para isso daremos sempre o nosso contributo construtivo".

«A FNE tem propostas concretas para apresentar e espera que desde já o novo Governo confirme pelas posições que adotar a sua efetiva disponibilidade para o diálogo»



PCP FICOU A CONHECER O ROTEIRO PARA A LEGISLATURA 2022-2026

A FNE reuniu com Jorge Pires, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português (PCP), em regime de videoconferência, num encontro que serviu para apresentar ao PCP, o “Roteiro para a Legislatura 2022–2026”, com os problemas e propostas da federação para os próximos quatro anos de governação, no seguimento do que já a FNE fez com PS, PSD e PAN.

Este é um documento que manifesta a total disponibilidade da FNE para o diálogo, partilha de opinião e de expectativas em relação ao desenvolvimento das políticas educativas e das condições de trabalho de todos os profissionais da educação nas escolas na próxima legislatura e apela ainda a uma maior participação das organizações sindicais no processo de decisão, destacando a valorização do diálogo e da concertação social como forma decisiva de valorização das próprias carreiras de todos os profissionais da educação.

O roteiro destaca também as maiores preocupações da FNE relativamente às políticas de Educação que o futuro Governo tem que ter em conta e demonstra a sua disponibilidade para um diálogo sério, efetivo e regular, que permita ultrapassar os grandes constrangimentos do setor.

A reunião com o PCP inseriu-se num conjunto de iniciativas que a FNE está a levar a cabo com os Partidos políticos representados na Assembleia da República, de forma a apresentar a todos o “Roteiro para a Legislatura 2022-2026”, com o qual espera desbloquear os vários desafios existentes no sistema educativo, envolvendo alunos, educadores, professores e trabalhadores não docentes.

A reunião com o PCP inseriu-se num conjunto de iniciativas que a FNE tem estado a levar a cabo com os Partidos políticos representados na Assembleia da República.



**REUNIÕES FNE COM
PARTIDOS POLÍTICOS**



ESTADO DA EDUCAÇÃO 2020 TROUXE MAIS SINAIS DE PREOCUPAÇÃO

O Relatório “Estado da Educação 2020” – edição de 2021 do Conselho Nacional da Educação (CNE) foi divulgado publicamente no início de fevereiro e trouxe à tona conclusões vistas pela FNE com “muita preocupação”.

Em declarações à Rádio Renascença, o Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, lamentou “a inexistência de medidas para atrair os portugueses para a carreira docente”, lembrando ainda que “precisamos de fazer com que haja pessoas com formação para ser professores e que estão fora do sistema, atraí-los para voltarem a vir para a profissão docente”.

Para isso, “são precisas medidas de atratividade para estas pessoas, renovando as suas condições de trabalho que, muitas vezes, as obrigam a sair das suas residências para garantirem a oferta educativa”.

Se nos últimos 10 anos houve menos alunos, por culpa da quebra da natalidade, João Dias da Silva alertou ainda para o risco de se tirarem conclusões precipitadas: “Não se pense que são necessários menos professores, por haver menos estudantes.”

Os números divulgados pelo Relatório do CNE evidenciam que, nos próximos sete anos, a escola pública vai perder cerca de 20 mil professores que vão para a reforma, não se configurando um cenário fácil para encontrar substitutos mais jovens em número suficiente. Por outro lado, a quebra de natalidade e o envelhecimento da população portuguesa – que se reflete também no corpo docente – vai contribuir para um agravamento da situação.



Segundo dados revelados pelo CNE, as escolas, desde creches ao ensino superior, perderam mais de 322 mil alunos numa década, com destaque para o ensino básico que registou uma quebra de 15,5%: “Em 2010/2011, 2.320.004 crianças, jovens e adultos frequentavam o sistema educativo português. Dez anos depois, em 2019/2020, contam-se menos 322.113 inscritos, correspondendo a uma quebra de 14%”, revela o “Estado da Educação 2020”.

Mais de 80% das crianças e jovens de todos os níveis de ensino frequentam o sistema público de educação, com exceção do ensino pré-escolar, onde o setor privado assume mais destaque, acolhendo 53% das crianças inscritas.

Em 2020, a população residente em Portugal cifrava-se nos 10,29 milhões de residentes, dos quais 347.388 eram crianças dos zero aos três anos e 176.064 em idade pré-escolar (com quatro ou cinco anos). O CNE regista ainda 859.226 crianças e jovens com idade para frequentar o ensino básico e 319.059 o ensino secundário.

Os números divulgados pelo Relatório do CNE evidenciam que, nos próximos sete anos, a escola pública vai perder cerca de 20 mil professores que vão para a reforma.



SPZC E SDPSUL DEBATERAM ROTEIRO PARA A LEGISLATURA 2022-2026

João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, participou nos meses de janeiro e fevereiro em iniciativas promovidas pelo SPZC (Sindicato dos Professores da Zona Centro) e pelo SDPSUL (Sindicato Democrático dos Professores do Sul) a propósito da eleição de um novo Governo e das propostas que a FNE tem apresentado no Roteiro da Legislatura 2022-2026.

O SG da FNE foi assim o primeiro convidado da "Hora SPZC", um espaço online destinado a partilhar informação sobre temas relacionados com a educação, de natureza política ou sindical, de carácter técnico-jurídico, entre outras temáticas, apresentado pelo dirigente daquele sindicato Joaquim Messias.

João Dias da Silva participou também na sessão online promovida pelo SDPSUL "Temos uma nova legislatura. E agora? Roteiro FNE", dinamizada pela Presidente Josefa Lopes e pelo Vice-Presidente Paulo Fernandes iniciativa integrada nas celebrações do 36º aniversário deste Sindicato filiado na FNE.

O que queremos para o ensino no futuro? Como valorizar a profissão docente? O que esperar da próxima legislatura e que objetivos estabelece a FNE para ela? Foram algumas das questões debatidas ao longo de ambas as sessões, com João Dias da Silva a deixar várias garantias, entre elas a de que "não vamos desistir de lutar por cada ponto que assinalamos no Roteiro e que temos apresentado aos partidos políticos. Quando este novo Governo se sentar na Assembleia da República tudo faremos para que se restabeleça algo que consideramos fundamental nesta nova legislatura: a existência de diálogo social".

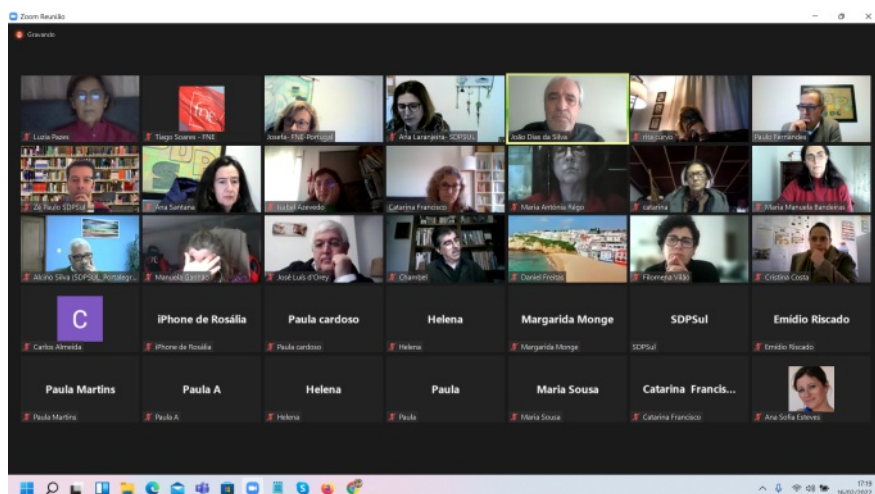
Durante a interação em direto com dirigentes e sócios do SPZC e SDPSUL, Dias da Silva considerou que os diplomas de concursos "são hoje em dia, uma manta de retalhos. Tem de existir uma mudança nos diplomas", deixando ainda críticas à carreira docente vigente: "Os professores não têm uma carreira. Têm um buraco onde caem e

ali ficam durante anos a fio. É necessário pôr fim às restrições à carreira docente".

Para o SG da FNE, é também necessária uma reflexão sobre a atratividade da carreira docente, o que passa por "corrigir os constrangimentos administrativos no seu desenvolvimento".

O tema "942" continua a ser uma das grandes reivindicações da FNE. João Dias da Silva fez questão de o reforçar, sublinhando que "a recuperação do tempo de serviço congelado é um dos temas fortes para os próximos quatro anos de (espera-se) diálogo social".

«Não vamos desistir de lutar por cada ponto que assinalamos no Roteiro e que temos apresentado aos partidos políticos.»





www.fne.pt



CANAL • WWW.CANAL4.PT



DIA INTERNACIONAL DA MULHER

8 de março de 2022
Webinário 17h às 18h

ORADORA



JOANA TORRES
Universidade Fernando Pessoa

MODERADORA



MARIA JOSÉ RANGEL
Presidente do SDPGL

QUEBRAR OS PRECONCEITOS

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória



GESTÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA

WEBINÁRIO
10 fevereiro 2022
17h00 às 20h00

fne
www.fne.pt

DINIS SARAIVA
AE Infante D. Henrique
Viseu

SANDRA OLIVEIRA DIAS
AE Póvoa de Lanhoso

FERNANDO RODRIGUES SILVA
Doutor em Educação e investigador

JOÃO PAULO LEONARDO
AE Passos Manuel
Lisboa

RUI MAIA
Centro de Formação da FNE
(Moderador)

LIVE facebook.com/fneeduca facebook.com/canal4pt

CANAL 4 - WWW.CANAL4.PT

AFJET

GESTÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA: APROVEITAR O POTENCIAL EDUCATIVO

A análise e o debate fluíram ao longo das três horas do webinar da FNE/AFJET e Canal 4 “Gestão de Conflitos na Escola”, de 10 de fevereiro de 2022, em que se procuraram respostas e soluções que levem os profissionais da educação a adotar uma atitude mais consciente e técnicas de comunicação e negociação, facilitadoras da gestão de conflitos em contexto escolar.

O orador principal, que contextualizou a temática, do ponto de vista histórico, académico e de investigação, foi o doutor e investigador Fernando Rodrigues Silva, cuja comunicação trouxe a experiência de muitos anos de terreno, passados como docente de uma escola do Porto, do ensino secundário. Durante cerca de uma hora, cerca de 500 participantes acompanharam a sua exposição, focada no conflito em ambientes educativos, mas estendendo a sua ocorrência a outras áreas da sociedade.

Fernando Silva relacionou as características de diversas teorias e abordagens do conflito com situações do dia a dia das escolas, citando como primeira característica na gestão de conflitos a necessidade de identificar os lugares em que ele

pode acontecer e sob que forma: “Antes de tudo é necessário construir uma imagem aproximada *do espaço social* dos conflitos. Podemos distinguir uma *série de lugares do conflito*, segundo o nível da realidade social em que o conflito aparece”. O orador deu o exemplo da relação de uma matrioska com o conflito, para relevar o facto de que “uma determinada dimensão social pode ser influenciada e influenciar outras dimensões”. No entanto, temos que saber distinguir conflito da violência ou da própria indisciplina.

Um ponto muito relevante é que podemos retirar dos conflitos potencialidades educativas, pois “a maneira como conceptualizamos um conflito influencia o modo como o resolvemos”. Fernando Rodrigues Silva sublinhou que “os conflitos assemelham-se a labirintos, são complexos e confusos e podem deslocar-se por diferentes caminhos, terminando de diferentes maneiras”. Assim sendo, um conflito tem um potencial educativo e pode ser um desafio e uma oportunidade. É por isso de vital importância “afrontar os conflitos numa perspetiva diferente e desenvolver uma atitude positiva, que nos permita tratar o conflito de um modo criativo”.

CONFLITOS NÃO SÃO POSITIVOS NEM NEGATIVOS

Para isso é necessário identificar os conflitos na escola com objetividade, não misturar conflitos de indisciplina/violência com os de conduta disruptiva, focalizar a atenção nos factos e não nas pessoas, não pensar de imediato em soluções imediatas e sim nas causas e expressar sempre os problemas em termos de interesse mútuo. O potencial educativo do conflito pode ver-se no aprender a tomar decisões e a atuar, no estimular do pensamento reflexivo, aprender a enfrentar a realidade e a recuperar da adversidade ou no aprender a valorizar e a dignificar as diferenças. O potencial educativo do conflito revela-se ainda no desenvolver a criatividade e as habilidades para construir soluções, no aprender a gerar relações sólidas e duráveis ou no desenvolver a nossa motivação para aprender.

As pessoas, o problema e o processo são os três P's da estrutura do conflito. O modelo do triângulo da satisfação reconhece que um dos aspetos mais negativos do conflito é a sua personalização. No diagnóstico para compreensão de um conflito "é necessário aprender a *olhá-lo* sem nos deixarmos influenciar pelas primeiras impressões". Fernando Rodrigues Silva recordou que Costa (2002), na chamada teoria da dupla preocupação, destaca a existência de duas dimensões ao nível da gestão dos conflitos: uma preocupação com si mesmo e uma preocupação com o outro.

Para alguns autores, a origem do conflito assenta na escassez de recursos, em diferentes valores e em informação errada e em quatro necessidades psicológicas básicas, a saber: pertença, poder, liberdade e prazer. Deutsch (1973), Torrego (2003) ou Moore (1986) apresentam outras categorizações. As diferenças de nível, profundidade e entrelaçamento encastradas do conflito podem ser olhadas na Parábola da Cebola, em

que as diferentes camadas podem representar a Relação, os Interesses, as Estruturas, os Valores e as Necessidades. Por sua vez, no Icebergue do Conflito temos uma parte visível (violência direta) e uma outra invisível (violência estrutural e cultural).

O orador passou de seguida a explicitar a mediação em contexto escolar e os seus processos de intervenção, focando-se nas técnicas e nos valores pedagógicos. Fernando Rodrigues Silva realça que "em si, os conflitos não são positivos nem negativos. Aquilo que determina o carácter positivo ou negativo do conflito é a qualidade das abordagens que lhe fizemos e das soluções que para ele procuramos". Citando Lewicki, Saunders e Barry, menciona seis aspetos produtivos nos conflitos: consciencialização acrescida de si e dos outros, incentivo à resolução de problemas, à mudança e adaptação, reforço das relações, promoção do desenvolvimento pessoal e aumento da moral.

Em suma, devemos "evitar uma visão negativista ou angelical do conflito, adotando uma visão crítico-reflexiva, que aborde os conflitos na escola de uma forma criteriosa, tentando compreendê-la para além das suas evidências".

SÓ MEDIAÇÃO NÃO CHEGA

Um painel de três moderadores interveio a seguir ao orador principal. Dinis Saraiva (Diretor do AE Infante D. Henrique - Viseu) começou por recordar o relatório da UNESCO de 2015 que defendia a prevenção do conflito, com a escola a servir de apoio para a formação de indivíduos livres, com espírito crítico, respeitadores de outras opiniões. Em sua opinião, a escola deve também permitir aos alunos um papel mais ativo na sua aprendizagem, com uma voz mais sonante e permitir a criação de normas em conjunto, clarificando pontos os fulcrais para uma sã convivência entre todos.

«Aquilo que determina o carácter positivo ou negativo do conflito é a qualidade das abordagens que lhe fizemos e das soluções que para ele procuramos»



Dinis Saraiva referiu que "desta forma é possível capacitar os alunos para o desenvolvimento de atitudes que os tornem cidadãos ativos e comprometidos", citando depois iniciativas como o 'Projeto Eco Escolas' e o 'Ser+ Cidadão'. Também relevante é o envolvimento de parcerias externas com a Câmara Municipal, GNR / PSP, Juntas de Freguesia e Alto Comissariado para as Migrações, de forma que se crie maior proximidade na formação integral dos alunos. Sobre os tipos de conflito mais comuns em meio escolar, Dinis Saraiva apontou os conflitos de relação, pela posse de recursos e por valores/crenças como os principais motivos. "Só a mediação não chega. São precisas outras medidas de proteção. Apostar na prevenção é o ideal", finalizou.

Sandra Oliveira Dias (da Direção do AE de Póvoa de Lanhoso) trouxe ao seminário uma análise 'crua' da realidade escolar ao nível dos conflitos, também através de dados referentes ao primeiro período do corrente ano letivo, em que ocorreram 431 agressões: "Estes números mostram como esta área necessita de intervenção prioritária. Note-se que na última campanha para as legislativas, além de pouco se ter falado em temas de educação, também ninguém falou nesta matéria, que tantos problemas dá diariamente à comunidade escolar. A educação continua a ser um parente pobre".

A oradora referiu números de 2020 segundo os quais a PSP era chamada, em média, 17 vezes por dia às escolas. Professora de Matemática, Sandra Oliveira Dias ligou as causas de conflitos a vários problemas que assolam também a docência: "Vivemos em escolas atoladas em burocracias, cansaço e *burnouts* e há muitos professores com baixa médica, devido ao stress diário, mas também devido a um facilitismo avaliativo, além de problemas como o absentismo e a indisciplina".

Sandra Dias destaca a importância do papel do Diretor de Turma, que deve ter "um perfil conciliador, pois é ele que vai liderar e mediar a relação com pais, associações de pais, alunos e restante sociedade, baseando a sua estratégia em mentorias, tutorias e serviços de psicologia que permitam, entre outras, a articulação com os pais, famílias, ou a CPCJ". A intervenção desta moderadora terminou com a partilha de um vídeo, em que se percebe o papel de um professor em determinado momento da vida de um aluno que provoca neste a vontade de no futuro seguir a carreira docente.

APOIAR A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES

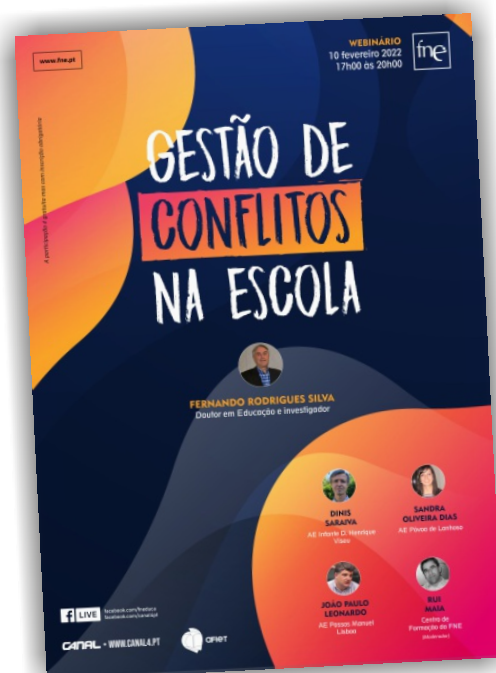
A fechar este painel de convidados, João Paulo Leonardo (Diretor do AE Passos Manuel - Lisboa), quis começar por diferenciar "o conflito da violência e indisciplina em espaço escolar. Conflito é algo mais geral". Pós-graduado em gestão de conflitos, João Paulo Leonardo descreveu o panorama social da sua escola com 50% de alunos com apoios da ação social escolar, 35 nacionalidades e 30% de origem estrangeira. Em sua opinião, "a estratégia para impedir a indisciplina ou a violência passa por uma aposta em mais e melhor comunicação e por explicitar bem as regras e normas do espaço escolar".

O Diretor do AE Passos Manuel considerou que "o conflito é algo inevitável na sociedade, mas pode também trazer algo positivo, dependendo da forma como o gerimos. Há quatro anos criámos o Gabinete de Mediação Escolar, que ajuda em questões que chegam à escola, mas que não são da escola. Temos uma lógica de mediação e remediação, introduzindo um procedimento de mediação das partes".

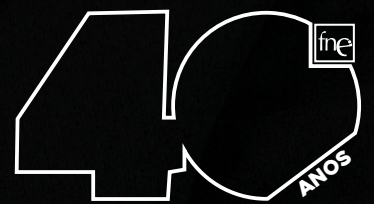
Para João Paulo Leonardo, promover a confiança na escola passa também por uma maior articulação com as Associações de Pais". Por isso, deixou um alerta: "Não devemos esquecer a criação de formas de apoio aos nossos professores e à sua saúde mental. É muito importante, porque estas situações exigem ações que ajudem a combater os problemas que daí advêm. Esperemos que o novo Ministério da Educação tenha este problema em conta".

O Professor Rui Maia, da Universidade Fernando Pessoa, moderou este evento e liderou o período de interação do orador e do painel com os participantes que, na plateia virtual, se mostraram sempre muito ativos e interventivos, sobre um tema que muito lhes diz respeito no seu quotidiano profissional.

«Só a mediação não chega. São precisas outras medidas de proteção. Apostar na prevenção é o ideal»



entrevista



LUÍS DE MELO

Ex-Vice-Secretário-Geral da FNE

LUÍS DE MELO: APAIXONADO PELA FUNÇÃO DE SINDICALISTA

Na segunda parte da entrevista a Luís de Melo, o Jornal FNE foi tentar perceber o papel do ISET na história da FNE e como este ex-sindicalista vê o futuro do movimento sindical. Luís de Melo é um dos dirigentes mais destacados na fundação da Federação Nacional dos Sindicatos de Professores – FNSP, que mais tarde deu origem à FNE. O pano de fundo da entrevista são os 40 anos da federação, a celebrar em 3 de novembro deste ano.



JORNAL FNE (JF) - A FNE DESEMPENHOU UM PAPEL MUITO IMPORTANTE NA CONTRATAÇÃO COLETIVA NO ENSINO PARTICULAR. DE QUE DIFICULDADES MAIS GUARDA RECORDAÇÃO?

Luís de Melo (LM) - A maior dificuldade foi a igualdade de vencimentos. Os professores das escolas públicas tinham tido a sua revalorização com o Estatuto da Carreira Docente (ECD) e os professores do ensino particular estavam muito distantes dos vencimentos dos docentes do ensino oficial. Normalmente os colégios pagavam bem à entrada, mas depois não progrediam. Foi uma luta muito intensa e ainda tenho algumas mágoas pessoais pela forma como magoei alguns diretores de escola. Por norma, a FENPROF assinava um contrato coletivo e nós assinávamos outro. Podíamos diferir no clausulado, mas os vencimentos eram os mesmos. Mas houve um ano em que quebrámos esse costume e não assinámos. Passámos a ter um ano de luta em que visitámos as escolas, colocámos cartazes, organizámos conferências de imprensa e fizemos uma luta tão cerrada que muitos diretores de escola ficaram magoados connosco. Aí senti que também ficamos magoados comigo. Mas foi uma luta necessária para a equiparação dos vencimentos e isso foi conseguido. Depois dessa luta retirei-me e dei lugar ao João Dias da Silva, porque eu estava incompatibilizado com alguns diretores de escola. Foi muito duro. Iniciámos também a negociação coletiva para os funcionários das Misericórdias e das IPSS, porque havia uma situação do Governo muito atrasada e com vencimentos miseráveis. E nós na primeira negociação de tabela salarial demorámos mais de dois anos.

JF - EM 1991 FOI CRIADO O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E TRABALHO (ISET), ONDE LUÍS DE MELO FOI PROFESSOR DURANTE MUITOS ANOS. DE QUE FORMA O ISET RESPONDEU À CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA FNE?

LM - No ECD estava consagrada a avaliação para a progressão dos escalões. Para essa avaliação os professores necessitavam de instrumentos adequados à complexidade das funções docentes. Era preciso apresentar um relatório em todos os escalões à exceção do acesso ao 8º escalão, que exigia a apresentação do curriculum e um trabalho de índole educacional. A FNE considerava que tanto o relatório como o currículo deviam traduzir as diferentes dimensões da atividade do docente. O que estava longe de ser óbvio. Para apoiar os professores a FNE realizou formações em todo o país. Foi este esforço de formação que esteve na génese do ISET. O Instituto desde o início propunha-se contemplar a formação contínua, a especializada e o acréscimo de formação aos bacharéis, que queriam ter uma licenciatura, e aos licenciados que pretendiam o grau de Mestre. Inicialmente a formação graduada para professores foi em Administração Escolar, através do CESE. Depois vieram licenciaturas e mestrados noutras áreas. O ISET também visava a oferta de formação aos Não Docentes, pois defendíamos que o acesso à função de Técnico Auxiliar das escolas devia exigir pelo menos o 12º ano. Para trabalhar na Secretaria de uma escola queríamos que fossem licenciados. A luta do ISET foi a de elevar as qualificações dos professores e melhorar os seus salários. Foi uma luta pela qualificação da função docente e pelo reconhecimento dos professores pela sociedade, em geral. O professor tem uma função de promoção social muito grande.

«O ISET também visava a oferta de formação aos Não Docentes, pois defendíamos que o acesso à função de Técnico Auxiliar das escolas devia exigir pelo menos o 12º ano».



JF- QUER DESTACAR TRÊS MOMENTOS ESPECIAIS RELACIONADOS COM O SEU TRABALHO NO MOVIMENTO SINDICAL?

LM - O meu trabalho na FNE foi extremamente desafiante, duro e exigente. Chegava a ter sete reuniões por semana. A preparação das reuniões levava longas horas. Com muitas consultas de legislação e da história de cada Decreto-Lei. Não sentia o tempo passar, o tempo voava. Eu estava dedicado, apaixonado pela minha função de sindicalista. A vida na FNE foi muito apaixonante. Exigiu muito estudo e abriu-me muitas perspetivas novas, com o amadurecimento de algumas ideias que eu já tinha, mas que não estavam fundamentadas. Destacarei três momentos do envolvimento sindical. Em primeiro lugar todo o processo que levou à obtenção de um estatuto da carreira docente com a conquista da carreira única e a consideração de formações acrescidas. Paralelamente todo o trabalho de negociação dos contratos de trabalho do ensino particular e cooperativo, assim como das misericórdias e IPSS. Um terceiro no âmbito internacional foi a minha colaboração na OIT, em que fiz cursos de formação sindical para sindicalistas dos cinco países de expressão portuguesa. O contacto que tive com eles através da OIT foi muito desafiante. Também foram desafiantes os cursos que fiz nesses cinco países ao serviço da UGT, para formação de quadros sindicais.



JF - ESTEVE MUITO LIGADO À EDUCAÇÃO MUSICAL E PARTICIPOU TAMBÉM NUMA PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO ARTÍSTICO. COMO VÊ HOJE ESTES LADOS DA EDUCAÇÃO?

LM - Eu acho que o ensino artístico está num bom caminho. Há cursos profissionais que dão equivalência ao 12º ano e depois os alunos concorrem para as universidades e tiram as suas licenciaturas e os seus mestrados. Antes havia um conservatório em que um professor ensinava desde o 1º ano até ao fim de um nível chamado superior, mas que estava fora das universidades. Não era reconhecido como tal. O contexto era extremamente difícil, porque quando peguei no problema tínhamos no ensino preparatório e secundário a nível nacional - não me esqueço do número - 67 professores para todas as escolas do país. E havia nos conservatórios a nível nacional 1.100 alunos, a maioria abaixo do 5º ano. No Superior tínhamos apenas meia dúzia de alunos. Foi uma luta bastante séria e quem nos compreendeu foi o Ministro Fraústo da Silva. Foi ele o grande homem que afirmou que o ensino superior era para as universidades e que o ensino não superior ficava nas escolas secundárias. Como não podia haver ensino artístico em todas as escolas secundárias, devido aos recursos humanos existentes na altura, criaram-se escolas vocacionadas para o ensino artístico, que vão acompanhando a escolaridade obrigatória, com todas as disciplinas, acrescentando as de música, que davam acesso ao ensino superior. As pessoas ganhavam assim uma bagagem musical muito boa. Foi uma vitória relevante conseguirmos isto. Tenho uma grande satisfação por ver cada vez mais jovens formados em música, com uma oferta agora maior que as próprias necessidades das escolas. Por exemplo, em algumas filarmónicas há neste momento excesso de trompetistas. A música nunca morreu, porque havia uma estrutura - até nas aldeias - com 'mini' conservatórios. Os portugueses sempre aderiram bem à música, que servia também para um contato social, uma entejuda e uma convivência muito elevada.

«Não sentia o tempo passar, o tempo voava. Eu estava dedicado, apaixonado pela minha função de sindicalista».



JF - QUE CAMINHOS DEVE SEGUIR A ESCOLA DE AMANHÃ?

LM - A escola de amanhã deve formar os nossos jovens com as maiores e melhores habilitações possíveis. A complexidade do mundo em que irão exercer a sua atividade profissional requer competências diversificadas e capacidades de adaptação, de inovação e empreendedorismo. Há que investir na grande tecnologia, na investigação e na produção de inovações. Preparar os portugueses não só para trabalhar, mas serem capazes de investigar, inovar. É isso que pode levar o país a alcançar um nível superior, uma vida social de maior qualidade. Coloco todo o peso do desenvolvimento social e económico na educação. A educação é um investimento que não se vê a curto prazo. Só se vê a longo prazo e muitas vezes os governos não apontam para um futuro que vem desse investimento. O que pressupõe da parte dos professores formação continuada que os habilite a promover nos jovens essas competências.

JF - E COMO ANTEVÊ O PAPEL DO SINDICALISMO DO FUTURO?

LM - O sindicalismo deveria ter cada vez mais força se queremos uma sociedade democrática. Em 1974 um grupo de professores que se perguntavam como podiam servir a Democracia decidiram criar o SPZN. Lembro-me das palavras de um Secretário de Estado numa conversa informal: "Choca-me que os sindicatos saibam mais do que o próprio governo". Mas isso é natural, porque os sindicatos não vão e vêm como os ministros, que mudam a cada legislatura. Os sindicalistas ficam, vão acumulando saber, preparando-se, estudando sempre. A negociação também é algo que nos ajuda a enriquecer, porque trocamos ideias, vemos outros pontos de vista e faz refletir e procurar novas fontes de informação e saber. Vejo o sindicalismo como uma forma elevada de Democracia que, aprofundada, vai levar maior bem-estar aos trabalhadores e a todos.

«Os sindicalistas ficam, vão acumulando saber, estudando sempre, preparando-se. A negociação também é algo que nos ajuda a enriquecer(...)»



**Joaquim Santos
e Tiago Soares
Jornal FNE**

QUO VADIS EDUCAÇÃO?

A educação “lato sensu” é um elemento fundamental e imprescindível para promover a alteração do paradigma civilizacional nesta realidade complexa que vivemos e que pode perigar a existência, tal como a conhecemos, para as futuras gerações.

Dada a relevância social da educação, ora “stricto sensu”, esta não pode, nem deve, ficar dependente ou refém de uma única entidade, ou de quem a dirige momentaneamente, fazendo depender disso o seu sucesso ou insucesso.

Apesar da educação não se circunscrever ao sistema educativo, enquanto mecanismo formal e organizado de instrução pública, é, porém, esse sistema e dentro dele a escola que assume o papel central da educação como hoje a concebemos.

É essencial, por isso, repensar, atualizar e fazer corresponder a escola aos anseios e às necessidades de todos os agentes educativos envolvidos, nomeadamente, alunos, professores, pessoal não docente, pais, encarregados de educação e restante comunidade.

Neste contexto, e para solucionar os avassaladores problemas que se colocam hoje à educação em Portugal, temos um corpo amorfo, designado Ministério da Educação, e o espectro de um Ministro, o cenário é tudo menos promissor.

Num desolador quadro da educação e da escola pública, onde existem problemas como a colossal teia burocrático-legal, as alterações curriculares sucessivas sem a adequada consolidação, o sobredimensionamento dos currículos, a indisci-

plina, a falta de recursos, o sobredimensionamento das turmas, a desregulação do tempo de trabalho, as graves entropias à progressão na carreira, a não recuperação do tempo de serviço congelado (Portugal continental), a desmotivação e o desgaste profissional, o envelhecimento da classe docente, o aumento da idade da aposentação, as doenças profissionais ou as doenças agravadas pela mesma, a gravíssima falta de professores qualificados, entre outros, não se detetam por parte da tutela quaisquer medidas ou plano de fundo para a sua resolução.

Veja-se a este respeito o execrável exemplo da última campanha eleitoral para as eleições legislativas, onde em largas horas de sucessivos debates televisivos, entre candidatos dos diversos partidos, foram dedicados ao tema educação uns míseros e inócuos minutos.

Pergunta-se: existem temas mais relevantes do que a educação no contexto de desenvolvimento de um país? Existe outra área na sociedade que tenha a dimensão transversal da educação?

Urge encontrar rapidamente um caminho alternativo e firme ao atual panorama educativo nacional, sob pena de se hipotecar as próximas décadas. Não podemos permitir que esta bruma atávica se imponha à educação e consequentemente ao país.

António Pinho | Presidente do SDPM





TELETRABALHO: DESAFIO E OPORTUNIDADE



Não sendo novo, o tema do teletrabalho – e as importantes questões que suscita - voltou a assumir papel de relevo devido à situação de pandemia que vivemos. Sem alcançar

consenso, podemos com segurança afirmar que o recurso ao teletrabalho – e teletrabalho obrigatório, em algumas fases da evolução pandémica - foi uma ferramenta importante para atravessar esta difícil situação em que nos encontramos.

Quando escrevemos que o tema não logra consenso referimo-nos, desde logo, à posição dos representantes da sociedade civil na área da saúde acerca da necessidade da medida em contexto pandémico, com o bastonário da Ordem dos Médicos a defender que, do ponto de vista estritamente epidemiológico, “a questão do teletrabalho não se coloca”, sublinhando no entanto que pode ser benéfico para “reorganizar aquilo que são as cidades do futuro”, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos e “para que exista menos poluição”.

Ao mesmo tempo que, por exemplo, o presidente da Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública defende que “o teletrabalho é uma ferramenta muito importante para minimizar o risco de infeção entre as pessoas” e que se devia ter mantido o ensino à distância, pelo menos até final de janeiro de 2022.

O mesmo se passa em contexto laboral, com as resistências a virem tanto da parte dos representantes das associações patronais, com dúvidas, por exemplo, acerca da real produtividade do teletrabalhador, como dos representantes dos trabalhadores, com preocupações legítimas como a transferência para a sua esfera, sem compensação, de encargos como electricidade, aquecimento e internet.

Seja como for, o tema é importante e, reflexo dessa importância, a Assembleia da República promoveu alterações ao Código do Trabalho, publicando a Lei 83/2021 a 6 de dezembro.

Porém, se o tema não logra consensos, também a alteração legislativa reflete essa falta de unanimidade, seja pelos aspetos que opta por não regular, seja pelas opções que toma.

Assim, começaremos por realçar que as normas deste diploma se aplicam, de **forma expressa, à Função Pública**. Quanto à obrigatoriedade, a regra é que esta se não verifica, deixando à vontade das partes a aplicação deste regime. A opção pode ser inicial, com a celebração do contrato, ou posterior, mediante acordo.

Os casos em que o regime é obrigatório, constituindo um verdadeiro direito para o trabalhador estão previstos no art.º 166.º - A e, por remissão, no art.º 195.º do Código do Trabalho.

Em qualquer caso o acordo terá sempre de ser por escrito e deve contemplar um conjunto de matérias potencialmente conflituosas no futuro.

Em relação a esta exigência, será interessante analisar quais as consequências da sua violação, embora, aparentemente, a falta de documento escrito não determine a nulidade do acordo, estando em causa um documento com finalidades probatórias. Outra exigência é a do horário de trabalho, o que pode vir a revelar-se muito importante na defesa dos direitos do trabalhador, uma vez que esta definição veda, futuramente, a sua alteração unilateral por parte do empregador.

Além disso o regime de teletrabalho pode ser permanente ou em regime de alternância. Dependendo da iniciativa da proposta, assim a recusa terá de ser fundamentada ou não. Assim, se esta partir da entidade empregadora ao trabalhador bastará aceitar ou não. Já se a iniciativa couber ao trabalhador a recusa da entidade patronal precisa de fundamentação.

Esta opção legislativa ilustra a falta de consenso apontada, uma vez que indica que a pertinência da fundamentação poder ser desafiada em tribunal, mas depois, atendendo a que o regime não é obrigatório, não se alcança qual será a consequência de uma decisão pela “impertinência” da fundamentação.

O art.º 168.º do Código do Trabalho (com a alteração introduzida pela Lei 83/2021) regula algumas das matérias que causam ansiedade aos trabalhadores, acerca das despesas a suportar pela entidade patronal, mas deixam muitas outras sem resposta (e proteção). Assim, se a aquisição ou melhoria do serviço de internet está claramente contemplada, outras despesas são menos claras e colocam sobre o trabalhador a obrigação de demonstrar a sua existência.

Independentemente do acerto das decisões, o facto é que o teletrabalho é hoje, mais que nunca, uma realidade e um desafio no contexto laboral, podendo ser uma oportunidade para os trabalhadores, cabendo-nos estar atentos às fragilidades que esta realidade pode gerar, na naturalmente desequilibrada relação entre trabalhadores e seus empregadores.

*Vice-Presidente do STAAE Zona Centro
Carlos Nunes*

Em qualquer caso o acordo terá sempre de ser por escrito e deve contemplar um conjunto de matérias potencialmente conflituosas no futuro.





FNE DENUNCIOU RISCO DE DESPEDIMENTO DE TRABALHADORES NÃO DOCENTES

A FNE denunciou através de uma declaração pública, o risco muito forte de despedimento para centenas de trabalhadores não docentes cujos contratos terminam no final deste mês de fevereiro, sem que tivesse sido acautelada a respetiva renovação, sendo certo que, como alertou a FNE, esses trabalhadores continuam a ser essenciais para que as escolas em que estão colocados continuem a funcionar com regularidade.

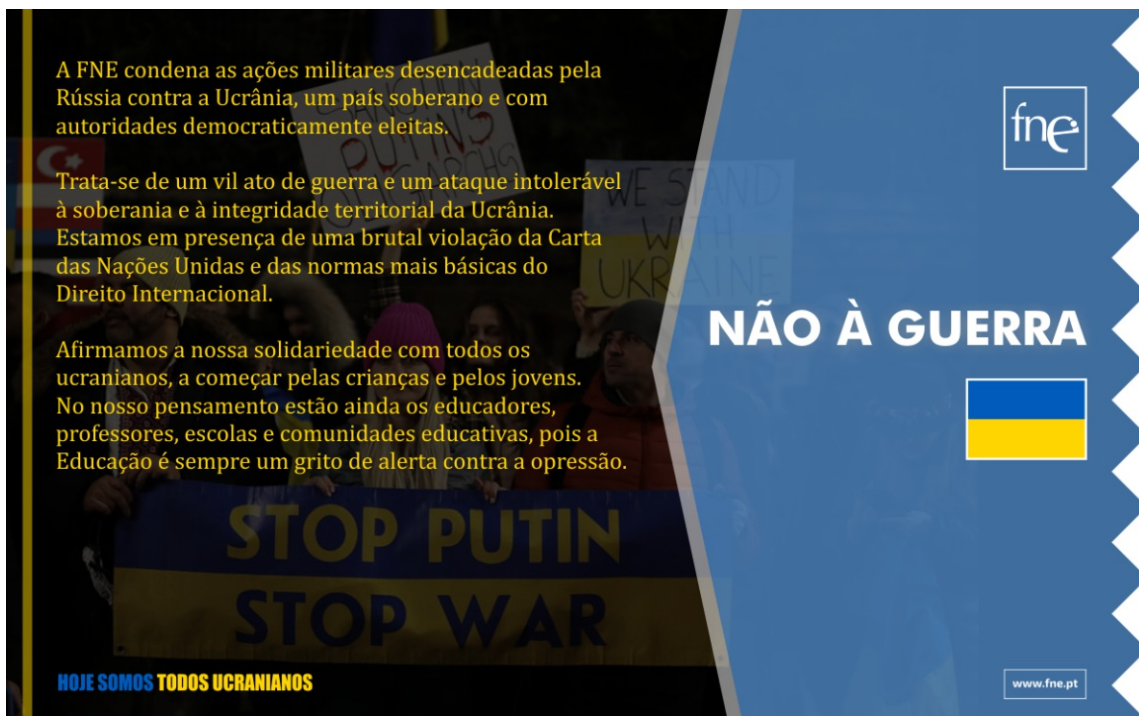
Segundo a FNE "quer se trate de trabalhadores na direta dependência do Ministério da Educação, quer na dependência de Câmaras Municipais, a verdade é que estas situações não tiveram o enquadramento que permitisse a resolução deste problema, o que obviamente se está a

traduzir num fortíssimo e desnecessário mal-estar".

No texto divulgado pela Federação podia ainda ler-se que "sendo certo que estão em curso vários concursos para contratação de trabalhadores não docentes, em cumprimento das respetivas necessidades das escolas, o que é certo é que os respetivos procedimentos não estão concluídos, pelo que estes trabalhadores continuam a ser necessários e devem ver reconhecida muito rapidamente a renovação dos respetivos contratos".

A FNE deixou desta forma, um apelo à rápida resolução da situação.

"(...) estes trabalhadores continuam a ser necessários e devem ver reconhecida muito rapidamente a renovação dos respetivos contratos".



INVASÃO RUSSA À UCRÂNIA CONDENADA PELA FNE

Nas primeiras horas de 24 de fevereiro de 2022, a Europa acordou com notícias que julgávamos apenas ler em livros de história. A Rússia tinha começado uma invasão militar à Ucrânia, registando-se logo pela manhã fortes explosões em pelo menos cinco cidades ucranianas, incluindo em Kiev, na capital, poucas horas depois de Vladimir Putin, Presidente da Rússia, ter anunciado uma intervenção militar russa em território ucraniano. Vários países do ocidente, assim como a ONU e a NATO condenaram em unísono esta intervenção e anunciaram sanções.

A FNE condenou também, através de um comunicado, as ações militares desencadeadas pela Rússia contra a Ucrânia, um país soberano e com autoridades democraticamente eleitas.

"Trata-se de um vil ato de guerra e um ataque intolerável à soberania e à integridade territorial da Ucrânia. Estamos em presença de uma brutal violação da Carta das Nações Unidas e das normas mais básicas do Direito Internacional" afirmando ainda "a nossa solidariedade com todos os ucranianos, a começar pelas crianças e pelos jovens. No nosso pensamento estão ainda os educadores, professores, escolas e comunidades educativas, pois a Educação é sempre um grito de alerta contra a opressão".

"Não à guerra! Hoje somos todos Ucranianos!" foi a palavra de ordem deixada no histórico 24 de fevereiro de 2022.



IE e CSEE: Declaração conjunta sobre a Ucrânia

Também a Internacional da Educação (IE) e o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) tornaram pública uma declaração realçando que os Educadores de todo o mundo estão ao lado dos colegas, estudantes e comunidades na Ucrânia e denunciando a invasão. Eis a declaração na íntegra:

«Educadores de todo o mundo apoiam o povo da Ucrânia e condenam o ato de guerra da Rússia.»

Ignorando os apelos globais em favor da paz e da diplomacia, a Rússia lançou uma invasão injustificável em grande escala da Ucrânia. A Internacional da Educação (IE) solidariza-se com os professores, alunos e o povo da Ucrânia e pede à comunidade internacional que pare o derramamento de sangue e faça o possível para evitar uma crise humanitária catastrófica na Europa.

“O ataque da Rússia à Ucrânia é inaceitável. Os Educadores de todo o mundo estão ao lado dos nossos colegas, estudantes e comunidades na Ucrânia e denunciam a invasão. O conflito já custou 14.000 vidas desde 2014, ferindo milhares e deslocando 1,5 milhões de pessoas. A violência deve parar. A comunidade internacional deve permanecer unida diante dessa agressão e apoiar o direito da Ucrânia de escolher o seu futuro”, afirmou David Edwards, Secretário-Geral da IE.

Susan Flocken, diretora do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), a Região Europeia da IE, disse: “Os professores, académicos e os seus sindicatos na Europa estão chocados com a intervenção militar da Federação Russa no estado soberano da Ucrânia. O CSEE condena o ataque da Rússia à Ucrânia e expressa o seu forte apoio e profunda solidariedade com os colegas professores, académicos e estudantes e todo o povo da Ucrânia. A vida de milhões de pessoas está em jogo. A guerra e invasão nunca deveriam acontecer nas sociedades contemporâneas onde as pessoas usam palavras e não armas para chegar a um acordo. A invasão deve cessar.”

Envolvemo-nos com organizações membros na Rússia e na Ucrânia para enfatizar a importância do diálogo e da preservação dos valores da educação e da paz.



Afirmamos o nosso compromisso inabalável com as nossas organizações membros na Ucrânia - o Sindicato dos Trabalhadores da Educação e Ciência da Ucrânia (TUESWU) e o Sindicato Livre da Educação e Ciência da Ucrânia (Vponu).

Em comunicado, a TUESWU, que representa 1,4 milhão de trabalhadores da educação na Ucrânia, enfatizou “que este cenário agressivo terá consequências humanitárias catastróficas, mas também prejudicará significativamente a economia do país. Milhões de empregos podem ser destruídos, e a destruição de instituições educacionais, serviços sociais e da economia levará à pobreza e à miséria. O bem-estar social e o respeito pelos direitos dos trabalhadores deixariam de existir”.

A invasão russa do território soberano ucraniano é uma violação flagrante do Direito Internacional, que resultará na trágica perda de vidas humanas e ameaça não apenas a segurança da Ucrânia, mas de toda a região. As consequências de longo alcance deste ato de guerra não podem ser subestimadas.

O povo da Ucrânia tem direito a um futuro livre de violência e guerra. Eles têm o direito soberano de decidir democraticamente o seu futuro como nação. O mundo deve estar com eles e redobrar os esforços para garantir a paz no país e no continente.

É hora de abordar os graves problemas da região com base na construção da paz, em vez de fazer guerra e destruição».

«O ataque da Rússia à Ucrânia é inaceitável. Os Educadores de todo o mundo estão ao lado dos nossos colegas, estudantes e comunidades na Ucrânia e denunciam a invasão».

FNE EM PROJETO EUROPEU DO CEDEFOP

A Diretora do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), Susan Flocken, a sua Diretora de Políticas Europeias, Agnes Roman, e Joaquim Santos (FNE) integram o núcleo do Grupo Consultivo (GC) daquela organização no Projeto do CEDEFOP (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional) que está a implementar um inquérito europeu a professores, formadores, tutores, diretores e alunos do Ensino e Formação Profissional Inicial (IVET, em inglês), cujos resultados vão ser divulgados na Conferência Final de 22 e 23 de novembro de 2022, em Salónica, na Grécia.

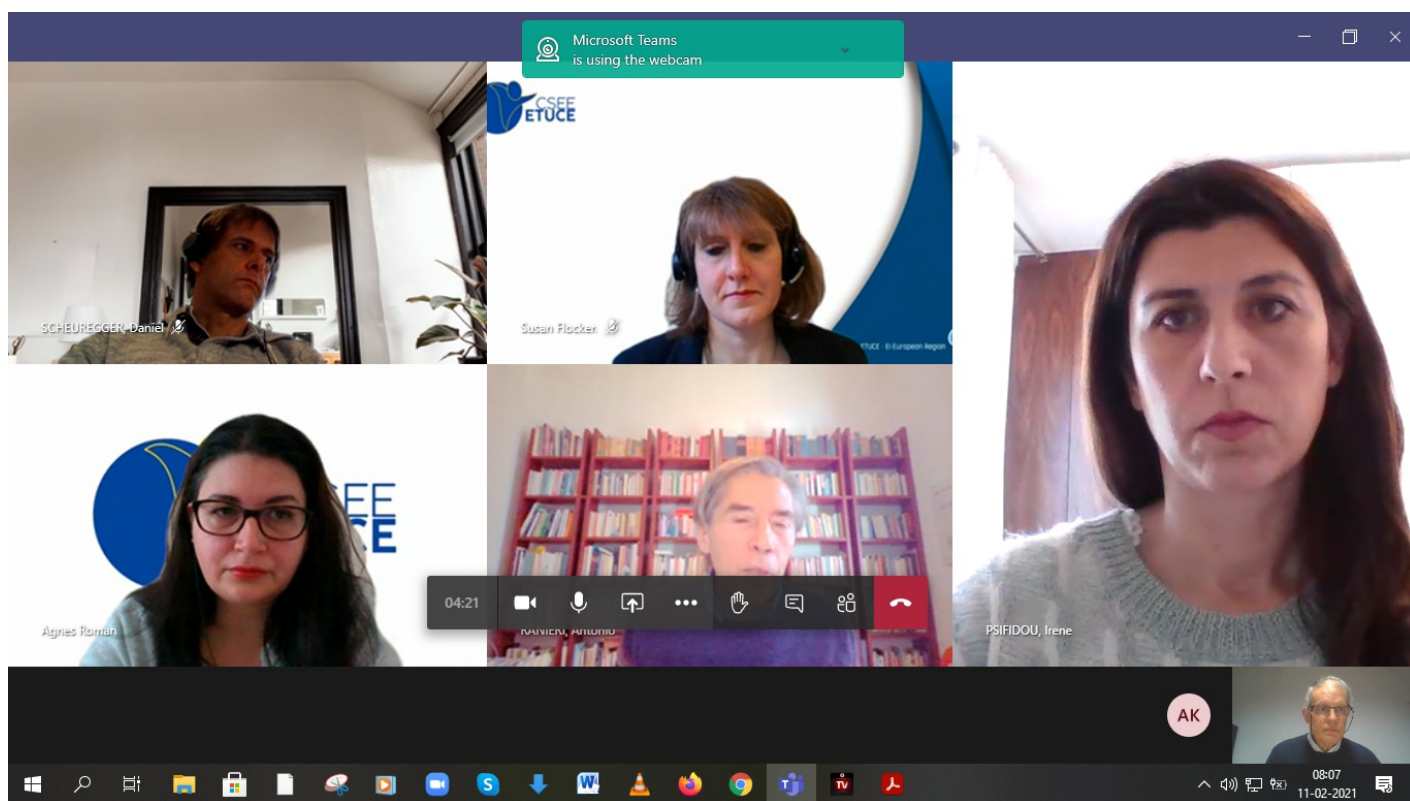
Além daqueles três membros, o GC do CSEE inclui ainda um representante sindical de cada um dos seis países piloto envolvidos na primeira fase do projeto: Áustria, Croácia, Grécia, Lituânia, Países Baixos e Espanha. Estes países foram

escolhidos pelo CEDEFOP como representativos da diversidade dos sistemas de IVET europeus. Na perspetiva desta agência europeia está o alargamento posterior do inquérito a todos os países da União Europeia, dada a escassez de dados significativos naquele setor na Europa.

De parte do CEDEFOP, o Projeto é liderado por Antonio Ranieri (Chefe de Departamento para Aprendizagem e Empregabilidade) e coordenado por Rena Psifidou. Fazem ainda parte do GC representantes dos Ministérios dos seis países e representantes da Federação Europeia dos Empregadores da Educação (EFEE, em inglês), representando empregadores, escolas profissionais e ministérios responsáveis pelo IVET. Desde 3 de fevereiro do ano passado decorreram já seis reuniões online, a última das quais em 15 de fevereiro de 2022. A próxima reunião está agendada para o dia 9 de junho.

Desde 3 de fevereiro do ano passado decorreram já seis reuniões online, a última das quais em 15 de fevereiro de 2022. A próxima reunião está agendada para o dia 9 de junho.





Reunião do Grupo Consultivo, com Irene Psifidou (Cedefop) em destaque. Em cima: Daniel Scheuregger (Cedefop) e Susan Flocken (CSEE). Em baixo: Agnes Roman (CSEE) e Antonio Ranieri (Cedefop). Ao fundo, à direita: Joaquim Santos (FNE).

O GC está envolvido em todas as etapas do projeto, com destaque para quatro tarefas principais: 1) Orientação estratégica, 2) Aconselhamento e feedback; 3) Envolvimento das partes interessadas e 4) Divulgação dos resultados intermédios e finais.

Em 2021, o projeto envolveu duas etapas essenciais: revisão da literatura, entrevistas com especialistas para identificar lacunas de pesquisa, alcance e especificação dos parâmetros do estudo e desenvolvimento de questionários.

O ano em curso compreende três etapas: um pré-teste em pequena escala com duas escolas em cada um dos seis países e adaptações para a próxima fase; um teste-piloto em grande escala em 10 escolas em cada um dos seis países, com aproximadamente 760 entrevistas por país nos quatro grupos-alvo (fevereiro a junho de 2022); e por fim a análise final, com relatórios e recomendações para uma pesquisa pan-europeia (agosto a setembro de 2022).

Este estudo estabelecerá o suporte para uma base robusta de evidências em cinco áreas: a) o papel e os desafios em evolução dos diretores de escolas, professores e formadores internos em ambientes de IVET; b) competências, aptidões e qualificações dos diretores de escolas, professores e formadores internos e acesso ao desenvolvimento profissional contínuo de qualidade; c) progressão na carreira, bem-estar e satisfação profissional de diretores de escolas, professores e formadores internos; d) pedagogias e ambientes de aprendizagem no IVET em meio escolar e profissional para apoiar a excelência e a inclusão; e) bem-estar dos alunos, sentimento de pertença e envolvimento com a aprendizagem para o sucesso educacional.

A Conferência Final de novembro deste ano, sob a forma de um Fórum de Aprendizagem de Políticas, apresentará as conclusões e implicações para o IVET.

Na última década, a CE apresentou várias iniciativas no âmbito da saúde mental e bem-estar, que são louváveis no seu objetivo.

COMITÉ PERMANENTE PARA A IGUALDADE

O Encontro Anual do Comité Permanente para a Igualdade do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) decorreu online nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2022. Durante o encontro, a FNE, representada por Laura Rocha, e os cerca de 50 participantes trocaram ideias e experiências sobre como promover a igualdade de oportunidades para uma educação de qualidade e melhorar a atratividade da profissão docente.

Seguindo o Plano de Ação do CSEE, adotado na Conferência Extraordinária de julho de 2021 e no âmbito da próxima Conferência Especial de 2022, a reunião do Comité Permanente centrou-se no papel fundamental da Igualdade e Inclusão para Melhorar a Atratividade e o Estado da Profissão Docente, assim como na oferta de Educação na região europeia, abordando, entre outras coisas, a escassez de professores e a renovação da classe docente.

A experiência da pandemia da COVID-19, ainda em curso, mostrou mais uma vez o papel crucial da educação e dos profissionais da educação na recuperação social e económica, na melhoria do bem-estar de crianças e jovens, construindo solidariedade e empatia e proporcionando um futuro melhor para a Europa. Por isso, o CSEE considera a elevação do estatuto e a atratividade da profissão docente uma prioridade e um pré-requisito para a oferta de uma educação de qualidade.

Foram muitos os desafios enfrentados pelos profissionais da educação na região europeia, antes da crise da COVID-19. Mas a situação piorou significativamente nos últimos dois anos, com uma grande falta de professores e educadores, com a deterioração das condições laborais e com o aumento da carga de trabalho. Salientaram-se os desafios ligados ao ensino online e misto, o emprego precário, a pressão psicológica, a falta de um relevante desenvolvimento e apoio profissional. Tais estão a tornar a profissão

docente cada vez menos atrativa e diversificada, especialmente em comparação com o corpo discente, cuja formação está a tornar-se mais alargada.

A baixa atratividade da profissão docente e a falta de professores são prejudiciais à prestação de igualdade e educação inclusiva, causando a falta de modelos e impossibilitando o atendimento das necessidades particulares dos alunos. De sublinhar a falta de respostas adequadas para os alunos com necessidades educativas especiais, alunos de Português Língua Não Materna, de ambientes multiculturais, estudantes de meios socioeconómicos desfavorecidos e de áreas rurais.

Os não docentes e os líderes escolares também enfrentam falta de apoio à inclusão, tais como assistentes de ensino ou mediadores interculturais, como refere o recente estudo do CSEE “Abraçando a Diversidade na Educação”.

Por outro lado, a igualdade e a inclusão no sistema educativo são os fatores-chave para atrair mais população diversificada para a profissão docente, melhorando o seu estatuto e perceção na sociedade. É preciso garantir que os professores e outros profissionais da educação se sintam apreciados e apoiados, como por exemplo na transparência no setor da educação e melhoria da remuneração, permitindo comparar com outras profissões com qualificações semelhantes. Também o desenvolvimento profissional inicial e contínuo de docentes e não docentes desempenha um papel crítico na educação inclusiva.

Além do mais, igualdade e inclusão são importantes para a renovação sindical, para permitir que os sindicatos da educação possam atender às múltiplas necessidades de recursos e representar a voz de todos os profissionais da educação na Europa.

Os não docentes e os líderes escolares também enfrentam falta de apoio à inclusão, tais como assistentes de ensino ou mediadores interculturais, como refere o recente estudo do CSEE “Abraçando a Diversidade na Educação”.

Igualdade e inclusão contra ameaças

As organizações membros do CSEE têm trabalhado bastante na implementação do seu Plano de Ação para a Igualdade, Diversidade e Inclusão, especialmente no contexto da pandemia COVID-19, para melhorar a atratividade da profissão docente e o trabalho dos sindicatos da educação, garantindo a igualdade e a inclusão na ação. Esses esforços estão bem patentes no Catálogo de Boas Práticas em Escolas Inclusivas do CSEE, publicado em 2021, que contou com o apoio do Banco de Dados Online de Boas Práticas.

Os dois recursos são essenciais para construir e manter uma aprendizagem inclusiva sustentável, em vários contextos nacionais e locais, com vista a proporcionar oportunidades de ação aos sindicatos e aos seus filiados, com ferramentas e métodos concretos e inovadores de inclusão social na educação e na profissão docente.

As organizações filiadas no CSEE também desenvolveram uma estratégia para a Implementação do Plano de Ação para a Igualdade, Diversidade, com vista a propor soluções concretas sobre como pôr em prática este Plano, em todos os países da região europeia e adaptar as suas ideias a contextos locais. No ano passado, os sindicatos da educação concentraram-se em particular em abordar os jovens visando atraí-los para a profissão docente e para o movimento sindical. Além do mais, concentraram-se em garantir que a igualdade e a inclusão na educação não sejam ameaçadas por desafios dos tempos atuais como a digitalização, a inteligência artificial e as mudanças climáticas.

Neste quadro, é necessário avançar, nas prioridades de inclusão e igualdade estabelecidas no

Plano de Ação do CSEE sobre Igualdade, Diversidade e Inclusão e Estratégia para a sua Implementação no terreno. Neste sentido, o Comité Permanente para a Igualdade propôs contribuir para a próxima Conferência Especial deste ano, intitulada "Compromisso e a Atividade Sindical na Europa: mobilizar para uma educação pública de qualidade, para o benefício dos alunos e uma condição melhorada para os professores e todo o pessoal da educação".

A proposta visa garantir que as dimensões da igualdade e inclusão estejam presentes em todas as discussões da Conferência e documentos de política sobre educação de qualidade no sentido de melhorar a situação dos educadores e professores e não docentes da educação. Dos grupos de trabalho saíram dez pontos-chave para melhorar a atratividade das carreiras, tais como assegurar a autonomia profissional e a liberdade académica, comprometer-se com a liderança colaborativa e colegial nos estabelecimentos de ensino e sistemas, oferecer salários dignos, incluindo o abordar quaisquer disparidades salariais de género ou garantir condições de trabalho sustentáveis e promover o bem-estar dos professores.

Outros pontos-chave foram controlar a carga de trabalho excessiva e as horas de trabalho, criar vias de entrada e retenção de qualidade, assegurar o direito a uma educação inicial de qualidade e inclusiva e a um desenvolvimento profissional contínuo, abordar os desafios da igualdade e diversidade na força do trabalho docente, promover e comprometer-se com o diálogo social, negociação coletiva e acordos e capacitar a profissão docente.

Laura Valente Rocha

Neste quadro, é necessário avançar, nas prioridades de inclusão e igualdade estabelecidas no Plano de Ação do CSEE sobre Igualdade, Diversidade e Inclusão e Estratégia para a sua Implementação no terreno.





SAÚDE MENTAL ENGOLE CONCEITO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS

Num artigo publicado na revista HesaMag #16 do ETUI, outono-inverno de 2017, Fabienne Scandella punha o dedo na ferida quando escrevia que nos círculos europeus se estava a desenvolver e a solidificar uma mudança semântica da expressão “riscos psicossociais” para o tema mais inclusivo de “saúde mental”. Na verdade, conclui ela, sob o pretexto de se ampliar o debate o que está em cima da mesa é uma tentativa de eclipsar a designação “riscos psicossociais”, resultando daí um afastamento ou mesmo marginalização de um vínculo natural com as condições de trabalho e emprego dali recorrentes.

O tema dos riscos psicossociais nasceu no final da década de 80 em vários países europeus, tendo sido adotado também nos meios sindicais como forma de consciencializar as sociedades para as grandes questões da saúde ocupacional. O debate passou com toda a naturalidade pelos parceiros sociais no diálogo social europeu, o que resultou na assinatura de acordos-quadro autónomos

na matéria do stresse (2004) e três anos mais tarde na violência e assédio nos locais de trabalho.

Tais acordos foram muitíssimo importantes na sensibilização de todos para a crucial relevância daqueles dois temas, então ainda considerados e qualificados como riscos emergentes. Embora os riscos psicossociais tivessem ganho um cada vez maior protagonismo até aos nossos dias, podemos hoje concluir que aqueles acordos se revelaram impotentes no seu próprio propósito, o que se veio a acentuar no contexto da pandemia da COVID-19.

A FNE e os seus sindicatos têm um trabalho feito, desde há anos, em matéria de riscos psicossociais no setor da Educação, quer a nível nacional, quer a nível internacional, nomeadamente no âmbito do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE).

Recordamos por exemplo o seminário do CSEE, em Bruxelas, em 2009, sobre o stress relacionado com o trabalho do professor “Sistemas de avaliação de risco, inclusão de perigos psicossociais no diálogo social e estratégias de saúde e segurança dos sindicatos de professores”, que decorreu em 16 e 17 de fevereiro, ou a publicação da FNE de dezembro de 2015 intitulada Saúde e Segurança Entre Profissionais da Educação. Um dos temas da publicação era precisamente o “Stresse no local de trabalho: um desafio a vencer no contexto da educação.

É sabido que a existência de legislação afim é o fator primordial que leva as empresas a atuar na prevenção dos riscos psicossociais, providenciando a necessária proteção para os seus trabalhadores, em todos os setores de atividade. Nesse sentido, a FNE em Portugal, o CSEE e a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) a nível europeu, defendem que uma Diretiva europeia a este respeito seria um grande contributo para harmonizar a proteção que todos os trabalhadores nos vários Estados-Membros merecem, até porque a própria Comissão reconhece que falta um nível mínimo de proteção na União.

Todavia, a questão dos riscos psicossociais está, como acentua Fabienne Scandella no citado artigo, a ser “obstruída pela paralisação da máquina reguladora comunitária” desde 2004, a exemplo de outras questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho. Basta lembrar que a comunicação de janeiro de 2017, intitulada Trabalho mais Seguro e Saudável para Todos -

Modernização da Legislação e Política de Segurança e Saúde Ocupacional da EU” refere que para melhorar a proteção dos trabalhadores é necessário “consciencializar os empregadores e fornecer-lhes mais guias e ferramentas”.

Na última década, a Comissão Europeia apresentou várias iniciativas no âmbito da saúde mental e bem-estar, que são louváveis no seu objetivo. No entanto, qualquer crítica social e política que relacione emprego e condições de trabalho e efeitos na saúde mental é logo neutralizada. Adotar o estado de saúde mental como um todo e não nas causas que o podem afetar origina algumas armadilhas, desde logo a individualização do problema.

O resultado, frisa Fabienne Scandella, “é que as medidas recomendadas não são coletivas, mas individuais (por exemplo, na gestão do stress); não são preventivas, mas sim curativas (ou seja, medicamentos).

A mudança semântica que abraça o conceito de “saúde mental” e eclipsa o de “riscos psicossociais” é, por isso, tudo menos inofensiva. Os sindicatos desaprovam.

Adotar o estado de saúde mental como um todo e não nas causas que o podem afetar origina algumas armadilhas, desde logo a individualização do problema.



DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE JANEIRO DE 2022 A 25 DE FEVEREIRO DE 2022

[Portaria nº 61/2022 - DR nº 21/2022](#)

[Série I de 2022-01-31](#)

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Regula o reconhecimento, a validação e a certificação de competências no âmbito do Programa Qualifica.

[Portaria nº 62/2022 - DR nº 21/2022](#)

[Série I de 2022-01-31](#)

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos centros especializados em qualificação de adultos.

[Portaria nº 65/2022 - DR nº 22/2022](#)

[Série I de 2022-02-01](#)

Educação

Procede à primeira alteração à Portaria nº 223-A/2018, de 3 de agosto, que regula as ofertas educativas do ensino básico previstas no nº 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, introduzindo o curso básico de teatro para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

[Portaria nº 66/2022 - DR nº 22/2022](#)

[Série I de 2022-02-01](#)

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Regulamenta as formações modulares certificadas previstas na alínea f) do nº 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de dezembro [Regime Jurídico do Sistema Nacional De Qualificações].

[Portaria nº 70/2022 - DR nº 23/2022](#)

[Série I de 2022-02-02](#)

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Regula os cursos de aprendizagem previstos na alínea b) do nº 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de dezembro [Regime Jurídico do Sistema Nacional De Qualificações].

[Portaria nº 86/2022 - DR nº 25/2022](#)

[Série I de 2022-02-04](#)

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Regulamenta os cursos de educação e formação de adultos, designados por «cursos EFA».

[Decreto-Lei nº 22/2022 - DR nº 25-A/2022](#)

[Série I de 2022-02-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera as medidas relativas ao Certificado Digital COVID da UE.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)

[nº 17/2022 - DR nº 25-A/2022](#)

[Série I de 2022-02-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19.



[Despacho nº 2044/2022 - DR nº 33/2022](#)[Série II de 2022-02-16](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Estabelece normas destinadas a garantir o apoio aos alunos cuja língua materna não é o Português.

[Despacho Normativo nº 6/2022](#)[DR nº 33/2022, Série II de 2022-02-16](#)

Educação - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Secretária de Estado da Educação

Procede à segunda alteração do Despacho Normativo nº 10-A/2018, publicado no DR, 2.ª série, nº 116, de 19 de junho de 2018 [Estabelece o regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da escolaridade obrigatória].

[Portaria nº 98/2022 - DR nº 35/2022](#)[Série I de 2022-02-18](#)

Educação

Procede à criação e regulamentação do Programa Trajetos.

[Decreto-Lei nº 23-A/2022 - DR nº 35/2022](#)[2º Suplemento, Série I de 2022-02-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros.

Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)[nº 25-A/2022 - DR nº 35/2022](#)[2º Suplemento, Série I de 2022-02-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Declara a situação de alerta no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Aviso nº 3666/2022 - DR nº 37/2022](#)[Série II de 2022-02-22](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação - Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Torna pública a lista nominativa dos membros do conselho das escolas para 2022-2025.

[Despacho nº 2358/2022 - DR nº 38/2022](#)[Série II de 2022-02-23](#)

Educação - Gabinete da Secretária de Estado da Educação

Lista nominativa, homologada, de trabalhadores com vínculo de emprego público da carreira subsistente de chefe de serviços de Administração Escolar e das carreiras gerais de assistente técnico e de assistente operacional a transitar para o mapa de pessoal dos municípios.

[Despacho nº 2390-B/2022](#)[DR nº 38/2022, 1º Suplemento](#)[Série II de 2022-02-23](#)

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais

Aprova as tabelas de retenção na fonte para vigorarem durante o ano de 2022 relativamente aos rendimentos de trabalho dependente por titulares residentes no continente.

[Despacho nº 2477/2022 - DR nº 40/2022](#)[Série II de 2022-02-25](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro

Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos no dia 1 de março de 2022.



Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne



X CONVENÇÃO NACIONAL

5 MARÇO 2022

10H00 - 17H00 | TECMAIA



**ANTÓNIO
NÓVOA**

Ex-Reitor da
Universidade
de Lisboa



**MARCO
BENTO**

Universidade
do Minho



Após a X Convenção, os interessados poderão solicitar à FNE (secretariado@fne.pt) o reconhecimento e acreditação do evento como ação de curta duração de 4 horas, nos termos do Despacho nº 5741/2015, de 29 de maio.

APOIO:



afjet

CANAL

M111

CÂMARA MUNICIPAL

A ESCOLA QUE DESCONHECEMOS...